

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA CNPJ nº 24.232.886/0073-31 Demonstrações Financeiras											
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais					Demonstração do resultado						
Ativo	Nota	2.016	2.015	Passivo e patrimônio líquido negativo	Nota	2.016	2.015	Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais			
Circulante					Receitas Operacionais						
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.654.125	2.248.746	Fornecedores	8	3.447.733	3.254.812	Receitas de subvencões-custeio	16	56.271.120	50.508.120
Contas de receber	5	6.403.950	10.088.340	Honorários Médicos	9	2.292.584	3.391.655	Receitas de subvencões - investimento	7b	366.496	366.496
Estoques	6	1.159.867	951.463	Obrigações sociais e trabalhistas	10	3.147.520	2.187.563	Receitas financeiras		66.850	48.969
Outros ativos circulantes		194.941	174.943	Obrigações fiscais	11	5.048.105	4.638.611	Outras receitas		-	32.770
		11.412.883	13.463.492	Partes relacionadas	12	8.720.190	7.571.694	Total das Receitas		56.704.466	50.956.355
				Receitas diferidas	13	4.169.004	4.295.052	Despesas Operacionais			
Não Circulante					Despesas Operacionais						
Realizável a longo prazo				Não Circulante				Despesa com pessoal	17	(16.237.985)	(14.316.218)
Depósitos judiciais		949.401	140.635	Obrigações fiscais	11	-	714.408	Serviços de terceiros	18	(23.689.122)	(22.329.092)
		949.401	140.635	Provisão para descontinuidade	14	2.390.993	2.003.642	Custo corporativo compartilhado	19	(5.123.573)	(4.966.928)
Imobilizado	7	2.909.836	1.627.002	Provisão para contingência	15	735.579	735.579	Drogas, medicamentos e materiais	20	(8.329.261)	(7.504.868)
Intangível	7	4.790	1.333.582			3.126.572	3.453.629			(53.379.941)	(49.117.106)
		2.914.626	2.960.584	Patrimônio Líquido Negativo				Amortização e depreciação		(1.373.579)	(892.823)
Total do Ativo		15.276.910	16.564.711	Patrimônio social negativo		(12.228.305)	(11.685.693)	Correio e comunicação eletrônica		(36.544)	(30.650)
				Déficit dos exercícios		(2.446.493)	(542.612)	Água, energia elétrica e telefone		(1.051.611)	(1.114.518)
						(14.674.798)	(12.228.305)	Fretes e carretos		(20.085)	(38.045)
				Total do Passivo		15.276.910	16.564.711	Viagens e ajuda de custo		(116.141)	(94.082)
								Locações		(206.730)	(195.224)
								Reversão de provisão para contingência	15	-	588.421
								Despesas financeiras		(614.014)	(361.226)
								Inventário físico ativo imobilizado	7b	(2.048.614)	-
								Outras despesas		(303.700)	(243.714)
								Total das Despesas		(5.771.018)	(2.381.861)
								Déficit dos Exercícios		(2.446.493)	(542.612)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais				
Patrimônio social negativo		Déficit dos exercícios		Total
Em 01 de Janeiro de 2.015		(14.853.097)	3.167.404	(11.685.693)
Transferência		(3.167.404)	3.167.404	-
Déficit do exercício		-	(542.612)	(542.612)
Em 31 de Dezembro de 2.015		(18.020.501)	5.792.196	(12.228.305)
Transferência		(5.792.196)	5.792.196	-
Déficit do exercício		-	(2.446.493)	(2.446.493)
Em 31 de Dezembro de 2.016		(23.812.697)	9.137.899	(14.674.798)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.016 e de 2.015. - Cifras apresentadas em reais.				
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levantar a feitura de atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnica, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. III - Promover, coordenar e organizar congressos, simpósios e jornadas específicas na área da saúde. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. b) Contrato de Gestão: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 03 de julho de 2006, celebrou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão para o Gerenciamento e Execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Regional do Sudeste do Pará. Em Setembro de 2012, pactuou novo contrato, vigente por 05 (cinco) anos e reajustável a cada doze meses. O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria Especial de Estado de Proteção Social e da Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública, instituiu o Grupo Técnico de Controle e Avaliação da Gestão dos Hospitais Metropolitanos e Regionais, que procederá ao acompanhamento da execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos pela Organização Social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado, cuja cópia deverá ser, inclusive, encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Pará. A verificação é relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no contrato e restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades. As etapas do processo de avaliação do Contrato de Gestão estão divididas da seguinte forma: I - Prestação de Serviços Hospitalares (Mapa de Produção); II - Indicadores de Qualidade; e III - Prestação de Contas. O Hospital atende o objeto contratual com a implantação e operacionalização dos serviços assistenciais e de apoio necessários para uma gestão profissional. Pela análise de metas, verifica-se que todos os serviços pactuados, foram disponibilizados para a Central de Regulamentação e aos municípios de sua região de abrangência. c) Plano de ação - Contrato de gestão: A Administração da Pró-Saúde, vem implementando esforços para repactuar o contrato de gestão firmado com o Governo do Estado do Pará, com o objetivo de equilibrar os custos da unidade hospitalar com as receitas. Nos últimos anos, em função dos déficits recorrentes apurados, a unidade passou a apresentar capital circulante líquido e patrimônio social negativo. Enquanto o reajuste do contrato de gestão não ocorrer, a Administração buscará medidas alternativas que são: reduzir ainda mais os custos sem prejudicar os atendimentos hospitalares, e obter empréstimos financeiros com outras unidades da Pró-Saúde. 2. Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 17 de Fevereiro de 2.017. 2.1 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. a) Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando constituída, o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para descontinuidade e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. b) Ativos circulantes e não circulantes: • Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com insignificante risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário. • Estoques: Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • Imobilizado: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • Intangível: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. c) Passivos circulantes e não circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. d) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. e) Receita diferida: As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). Receita diferida - investimento: Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta				
2. Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais				
Déficit dos Exercícios		(2.446.493)	(542.612)	(2.446.493)
Outros resultado abrangentes		-	-	-
Resultado Abrangente dos Exercícios		(2.446.493)	(542.612)	(2.446.493)
Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais				
		2.016	2.015	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Déficit dos exercícios		(2.446.493)	(542.612)	
Ajustado por:				
Depreciação e amortização		1.373.579	892.823	
Realização de subvencões do ativo imobilizado		(366.496)	(366.496)	
(Reversão) constituição de provisão para contingência		-	(588.421)	
Baixa de Ativo Imobilizado / Intangível		2.048.614	-	
Déficit dos exercícios ajustado		609.204	(604.706)	
Variações nos ativos e passivos				
Contas de receber		3.684.390	1.271.971	
Estoques		(208.404)	(211.612)	
Outros ativos circulantes		(19.998)	(95.347)	
Depósitos judiciais		(808.766)	92.755	
Fornecedores		192.921	149.696	
Honorários Médicos		(1.099.071)	(78.655)	
Obrigações sociais e trabalhistas		959.957	185.418	
Obrigações fiscais		(304.914)	(33.422)	
Provisão para descontinuidade		387.351	364.843	
Receitas diferidas		(126.047)	-	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		3.266.623	1.040.941	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizado e intangível		(3.009.740)	(1.239.110)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(3.009.740)	(1.239.110)	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Empréstimos tomados (pagos) - partes relacionadas		1.148.496	1.464.420	
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		1.148.496	1.464.420	
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		1.405.379	1.266.251	
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício		2.248.746	982.495	
No fim do exercício		3.654.125	2.248.746	
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		1.405.379	1.266.251	
de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. f) Patrimônio social: Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido a sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. g) Receitas e despesas: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. Receitas de subvencões custeio: As receitas auferidas por subvencões correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. Custos e despesas: Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços me-				

continua

▶continuação

dicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. **h) Instrumentos financeiros:**

- **Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.
- **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e empréstimos com partes relacionadas.

Descrição	2.016	2.015
Fundo Fixo	3.000	3.000
Banco conta movimento (a)	328.858	869.746
Banco conta aplicação (b)	3.322.267	1.376.000
	3.654.125	2.248.746

(a) Correspondem aos saldos disponíveis em conta corrente de-

7. Imobilizado e Intangível

A) Composição: Itens	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Aparelhos médicos e cirúrgicos	2.601.686	(747.193)	1.854.493
Benefetorias	1.397.605	(228.276)	1.169.329
Equipito processamento de dados	403.717	(318.980)	84.737
Equipamento telefônico	62.445	(32.961)	29.484
Instalações	323.784	(320.767)	3.017
Instrumento de medicina e cirurgia	288.746	(172.936)	115.810
Máquinas e equiptos de escritório	387.568	(283.834)	103.734
Máquinas e equiptos hospitalares	2.035.576	(1.374.414)	661.162
Móveis e utensílios de escritório	231.742	(170.083)	61.659
Imobilizações em andamento *	8.351.429	-	8.351.429
(-) Subvenções a realizar	(9.525.018)	-	(9.525.018)
Total imobilizado	6.559.280	(3.649.445)	2.909.836
Direitos de uso de software	243.334	(238.544)	4.790
Total intangível	243.334	(238.544)	4.790

* As imobilizações em andamento referem-se à ampliação do Hospital, através de subvenções específicas, com término previsto para 2017.

B) Movimentação

Itens	Saldo em 31/12/15	Adições	Baixas***	Depreciação e realização	Saldo em 31/12/16
Imobilizado					
Aparelhos médicos e cirúrgicos	1.608.131	1.281.902	(288.348)	-	2.601.686
Benefetorias	1.397.605	-	-	-	1.397.605
Equipamento de proc. de dados	474.815	14.642	(85.740)	-	403.717
Equipamento telefônico	35.692	31.187	(4.434)	-	62.445
Instalações	323.784	-	-	-	323.784
Instrumentos medicina e cirurgia	718.939	1.251	(431.444)	-	288.746
Máquinas e equiptos de escritório	92.322	13.959	281.287	-	387.568
Máquinas e equiptos hospitalares	5.195.157	56.926	(3.216.507)	-	2.035.576
Móveis e utensílios de escritório	1.069.657	26.892	(864.806)	-	231.742
Imobilizações em Andamento	6.768.449	1.582.980	-	-	8.351.429
(-) Subvenções a realizar *	(9.891.514)	-	-	366.496	(9.525.018)
(-) Depreciação **	(6.166.035)	-	3.886.827	(1.370.237)	(3.649.445)
	1.627.002	3.009.740	(723.164)	(1.003.741)	2.909.836
Intangível					
Direitos de uso de software	1.568.735	-	(1.325.400)	-	243.335
(-) Amortizações **	(235.153)	-	(50)	(3.342)	(238.544)
	1.333.582	3.009.740	(1.325.450)	(3.342)	4.790

* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício mediante ao valor correspondente a depreciação do bem, e em 2.016 e 2.015 montou a R\$ 366.496. **As despesas com depreciação e amortização apuradas, conforme a vida útil dos bens, no exercício de 2016 montou a R\$ 1.373.579 (Em 2015 - R\$ 892.823). *** Em 2016 foi realizado inventário anual do ativo imobilizado, e foi constatada a necessidade de realizar ajustes que montaram a R\$ 723.164. A contrapartida foi registrada no resultado. Adicionalmente, a Administração da unidade autorizou a baixa de software de gestão adquirido em exercícios anteriores, no montante de R\$ 1.325.400, pela obsolescência e não atender as necessidades operacionais da unidade. **C) Taxas de depreciação:** As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Aparelhos médicos e cirúrgicos	10,0%
Benefetorias	4,0%
Equipamento de processamento de dados	20,0%
Equipamento telefônico	10,0%
Instalações	10,0%
Instrumento de medicina e cirurgia	10,0%
Máquinas e equipamentos de escritório	10,0%
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%
Móveis e utensílios de escritório	10,0%
Direito de uso de software	20,0%

8. Fornecedores: Descrição	2.016	2.015
Materiais e medicamentos	2.001.508	2.192.971
Imobilizado	-	4.675
Serviços tomados de pessoa jurídica	1.446.225	699.074
Serviços tomados de pessoa física	-	358.092
	3.447.733	3.254.812

9. Honorários Médicos: Descrição	2.016	2.015
Honorários médicos pessoa jurídica	2.292.584	3.391.655
	2.292.584	3.391.655

10. Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.016	2.015
Salários e ordenados	817.249	755.222

positadas no Banco Banpará. **(b)** Correspondem a certificado de depósitos bancários, aplicado no Banco Banpará, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, remunerados a taxa de 105% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

5. Contas a Receber: Descrição	2.016	2.015
Secretaria Executiva de Saúde Pública - Custeio (a)	6.403.950	7.088.392
Secretaria Executiva de Saúde Pública - Investimento (b)	-	2.999.948
	6.403.950	10.088.340

(a) Contas a receber - Custeio: Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras os valores foram totalmente recebidos. **(b) Contas a receber - Investimento:** Correspondia ao 2º aditivo do contrato de gestão 034/2012, pactuado junto a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para execução de obras de ampliação e aquisição de equipamentos hospitalares e foi totalmente recebido no exercício de 2016.

6. Estoques: Descrição	2.016	2.015
Fios cirúrgicos	17.516	28.817
Gases medicinais	29.783	43.144
Materiais de radiologia	24.336	13.081
Materiais hospitalares de consumo	429.332	358.349
Materiais hospitalares de reposição	114.440	85.330
Medicamentos	254.531	212.731
Demais materiais	289.929	210.011
	1.159.867	951.463

	2.016	2.015
Depreciação Acumulada		
(747.193)	1.854.493	1.49.753
(228.276)	1.169.329	1.196.847
(318.980)	84.737	2.865
(32.961)	29.484	3.623
(320.767)	3.017	37.436
(172.936)	115.810	139.717
(283.834)	103.734	51.867
(1.374.414)	661.162	2.856.258
(170.083)	61.659	311.701
-	8.351.429	6.768.449
-	(9.525.018)	(9.891.514)
(3.649.445)	2.909.836	1.627.002
(238.544)	4.790	1.333.582
(238.544)	4.790	1.333.582

através de subvenções específicas, com término previsto para 2017.

	2.016	2.015
Provisão para dissídio coletivo (a)	479.196	-
FGTS (b)	126.763	-
INSS (b)	88.462	-
Provisão de Férias e encargos	1.608.932	1.426.434
Outras	26.918	5.907
	3.147.520	2.187.563

(a) Provisão para dissídio coletivo: Em Setembro de 2016 o SINTHOSP, sindicato dos profissionais de enfermagem, técnicos, etc. do Estado do Pará, deveria divulgar o índice de reajuste salarial. Entretanto, até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras as partes envolvidas ainda não tinham chegado num acordo. Para fazer face a essa despesa, a provisão para dissídio coletivo foi constituída pela administração, considerando o percentual de reajuste de 9,5%, a partir de setembro de 2016. **(b) FGTS e INSS:** No exercício de 2015, os encargos sociais referentes ao FGTS e INSS foram liquidados de forma antecipada, em dezembro de 2015.

11. Obrigações Fiscais: Descrição	2.016	2.015
Imposto de renda retido na fonte (a)	1.125.441	1.013.460
Imposto sobre serviços retidos na fonte	23.649	15.394
Pis, Cofins e CSLL retidos na fonte (a)	3.899.015	3.554.449
Parcelamento tributos federais - Lei 12.996/14 (b)	-	769.716
Valores classificados no passivo circulante	5.048.105	5.353.019
Valores classificados no passivo não circulante	-	(4.638.611)
	-	714.408

(a) Impostos federais: Em 31 de dezembro de 2016, os impostos federais estão apresentados pelo valor de liquidação, acrescidos de multas e correção monetária. **(b) Parcelamento Lei 12.996/14 - tributos federais:** No exercício de 2016, em razão da consolidação dos parcelamentos, os tributos federais da Lei 12.996/14 foram transferidos para a Sede Social da Pró-Saúde.

12. Partes Relacionadas: Descrição	2.016	2.015
Empréstimos entre unidades (a)	4.232.439	3.225.992
Pró-Saúde - Sede Administrativa (b)	4.487.751	4.345.702
	8.720.190	7.571.694

(a) - Empréstimos: Corresponde a empréstimos captados de outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos e prazo para devolução. **(b) - Custos Corporativos Compartilhados:** Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hos-

pitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado. **13. Receitas Diferidas:** Corresponde ao saldo a realizar referente ao 2º termo aditivo do contrato 034/2012 no valor de R\$ 10.094.648 celebrado em exercícios anteriores, do 8º e 9º termo aditivo ao contrato 034/2012 no valor de R\$ 1.290.925 pactuados no exercício de 2016 junto a Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESPA), com a finalidade de promover investimentos necessários à execução de obras de ampliação e aquisição de equipamentos hospitalares para a unidade. A movimentação no exercício foi à seguinte:

Descrição	2.016	2.015
Saldo inicial	4.295.052	-
(+) Subvenção para investimento	1.290.925	5.419.232
(-) Aquisição de equipamentos (Ativo imobilizado)	-	(1.124.180)
(-) Gastos c/obras em andamento (Ativo imobilizado)	(1.416.973)	-
	4.169.004	4.295.052

14. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no exercício foi à seguinte:

Descrição	2.016	2.015
Saldo inicial	2.003.642	1.638.799
Adições (Nota 17-despesa com pessoal)	496.881	455.185
Baixas por rescisões de contratos	(109.530)	(90.342)
Saldo final	2.390.993	2.003.642

15. Provisão para Contingências: A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e outros assuntos. Todas as etapas processuais das ações são acompanhadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário. No exercício de 2016, a Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, manteve a provisão constituída no exercício anterior. **16. Receitas de Subvenções - Custeio:** As receitas com subvenções - custeios referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para gestão do hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.016 montaram R\$ 56.271.120 (2.015 - R\$ 50.508.120).

17. Despesas com Pessoal: Descrição	2.016	2.015
Salários e ordenados	(9.419.251)	(7.980.644)
Insalubridade	(988.843)	(812.450)
Horas extras	(730.768)	(682.976)
Décimo terceiro salário	(1.026.341)	(956.829)
Férias	(1.280.580)	(1.311.120)
FGTS	(1.122.043)	(984.491)
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(496.881)	(455.185)
Contribuição patronal ao INSS	(3.487.045)	(3.060.640)
Isenção da contribuição patronal ao INSS	3.487.045	3.060.640
Outras despesas com pessoal	(1.173.278)	(1.132.523)
	(16.237.985)	(14.316.218)

18. Serviços de Terceiros: Descrição	2.016	2.015
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(18.252.044)	(17.906.006)
Serviços tomados de pessoal jurídica	(5.411.343)	(4.423.086)
Serviços tomados de pessoal física	(25.735)	-
	(23.689.122)	(22.329.092)

19. Custo Corporativo Compartilhado: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.

20. Drogas Materiais e Medicamentos	2.016	2.015
Dieta enteral e parenteral	(415.829)	(420.499)
Medicamentos	(1.552.140)	(1.561.234)
Órtese e prótese	(721.476)	(699.276)
Materiais de uso do paciente	(2.055.138)	(1.467.916)
Gases medicinais	(865.724)	(803.194)
Gêneros alimentícios	(725.435)	(706.213)
Materiais de limpeza e lavanderia	(439.020)	(347.600)
Pecas e acessórios para reposição	(286.084)	(248.921)
Filmes Radiológicos	(113.656)	(113.967)
Materiais para Hemodiálise	(39.641)	(103.852)
Fios Cirúrgicos	(62.053)	(70.757)
Materiais de conservação, reparos e consumo diversos	(1.053.065)	(961.440)
	(8.329.261)	7.504.868

21. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.016	2.015
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	3.654.125	2.248.746
Empréstimos e recebíveis	-	-
Contas a receber de clientes	6.403.950	10.088.340
Total	10.058.075	12.337.086
Passivos		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	3.447.733	3.254.812
Honorários médicos	2.292.584	3.391.655
Partes relacionadas	8.720.190	7.571.694
Total	14.460.507	14.218.161

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Ad-

ministração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. **22. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social:** Em 26 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria 943 de 25 de setembro de 2.014 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 28 de junho de 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, ainda não foi julgado. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado SIPAR nº 25000.100966/2015-61 o qual

se encontra aguardando análise em ordem cronológica. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.016 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. **(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 17 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. **(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **23. Imunidade e Isenção Tributária:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA, é uma entidade sem fins lucrativos, imune ao recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o

superávit, assim como em relação à contribuição patronal do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: **PIS (Programa de Integração Social):** A entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. **COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social):** A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram:

Descrição	2.016	2.015
Contribuição para o financiamento da seguridade social	1.701.134	1.528.691
Contribuição patronal ao INSS	3.487.045	3.060.640
	5.188.179	4.589.331

24. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

Dom Eurico dos Santos Veloso - Presidente da Pró-Saúde
Rodrigo Fauth - Diretor Financeiro do Hospital • **Cezar Lima Araújo** - Contador do Hospital - CRC: PA-010598-06 • **Renato Souza de Almeida** - Contador Geral do Hospital - CRC: SP 218068/O-6 "S" - PA

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras
Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá - PA. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** O Hospital tem apurado prejuízos operacionais constantes, fato que tornou o capital circulante líquido e o patrimônio líquido negativo. Conforme nota explicativa nº 1c, a Administração está implementando esforços no sentido de repactuar o contrato de gestão junto ao Governo Estadual do Pará para equilibrar os custos e receitas. Nossa opinião

não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Marabá, 17 de Fevereiro de 2.017.

LM Auditores Associados CRC 2SP018.611/O-8
Maurício Diácoli CRC 1SP129.562/O-5 "S" - PA

Protocolo: 162301

ROMANCEIRO DA CABANAGEM
 POESIA - JOSÉ ILDORE

Beiem e o imobiliário
 Uma cidade entre contratos e contradições
 Raul da Silva Ventura Neto

Cidade dos Sonoros e dos Cantores
 Estudos sobre a era do rádio a partir da capital paraense
 Antonio Maurício Costa

O MUNDO DA CRIANÇA

Holandeses na Amazônia (1620-1650): documentos inéditos

Edições OGE
 4009-7817